

Mensalidade sindical não interfere na margem para empréstimos consignados

É comum alguns servidores acreditarem, **por engano**, que o não desconto ou a exclusão da mensalidade sindical possibilita aumento da margem consignável para obtenção de empréstimos consignados. Acham, **de modo equivocado**, que não podem se filiar ao SINTFUB por *“não ter margem de consignação”* ou que *“precisam se desfiliar para aumentar a margem para empréstimos”*. **Porém, isso não é verdade!**

Ocorre que, nos termos do [Decreto 8690/2016](#), que regulamenta o artigo 45 da [Lei 8112/1990](#) (Regime Jurídico Único) e dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal, **a mensalidade sindical é elencada como compulsória, prevista em lei, e não pode entrar no cálculo da denominada “margem para consignações facultativas”, das quais o empréstimo consignado em instituição bancária ou cooperativa de crédito faz parte.**

Portanto, a mensalidade sindical do filiado ao SINTFUB não interfere na margem consignável para empréstimos!

O Decreto 8690/2016 cumpre a [Constituição Federal](#) que, no seu artigo 8º, diz expressamente que é livre a associação profissional ou sindical, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Assim, o fato de contribuir com a mensalidade sindical para o SINTFUB não impede você de obter empréstimos consignados. E, mesmo com eventual exclusão da mensalidade sindical, não ampliará a margem de consignação para empréstimos em instituições bancárias e/ou cooperativas de crédito, pois possuem natureza jurídica e características diferentes.

[Filie-se ao SINTFUB!](#) Mantenha-se filiado! Fortaleça a luta em defesa dos seus direitos!

**Matéria escrita com informações da [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas](#) do SINTFUB*

Vigilantes da UnB seguem em mobilização pela vida

Na última quarta-feira (30/06) os vigilantes orgânicos da UnB [realizaram uma assembleia setorial](#) onde denunciaram o assédio moral e a precarização das condições de trabalho – que coloca os servidores em situação de risco por conta da pandemia de COVID-19. A assembleia aconteceu em frente à Diretoria de Segurança (Diseg).

No espaço, que contou com 37 dos 80 vigilantes do quadro da Universidade, foram debatidas as pautas dos servidores essenciais da UnB e houve denúncias de assédio moral, com a tentativa de retirada dos vigilantes orgânicos do posto da Reitoria da UnB.

Além disso, o fórum setorial discutiu o ponto eletrônico que está sendo imposto aos vigilantes; manteve o estado de greve e mobilização em defesa da jornada da pandemia; e contou com informes da [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas](#) do SINTFUB – que falou sobre o andamento das ações administrativas (recurso ao Conselho Superior da UnB) e judiciais (representação junto ao Ministério Público do Trabalho) acerca da luta dos vigilantes.

Deliberações

Como já informado acima, foi aprovada a manutenção do estado de greve dos vigilantes – deliberado anteriormente na [reunião de 31/03](#), na [assembleia de 07/04](#), na [assembleia de 14/04](#), na [assembleia de 05/05](#), na [assembleia de 12/05](#), na [assembleia de 02/06](#), na [assembleia de 09/06](#), na [assembleia de 16/06](#) e na [assembleia de 23/06](#).

Os sindicalizados deliberaram também por:

- Manutenção da escala de pandemia
- Melhores condições de trabalho
- Contra o assédio moral – pela manutenção do posto de trabalho da Reitoria
- Contra o ponto eletrônico – ele está programado para a escala 12x36 e visa gerar provas contra os vigilantes
- Defesa da vida
- Nova Assembleia Setorial em 07/07

Protocolo sanitário

Todos os servidores estavam de máscara no fórum – que aconteceu em local aberto – e mantiveram o distanciamento mínimo de 1,5m.

Imagens

Confira abaixo as fotos da Assembleia Setorial dos Vigilantes de 30/06 [disponíveis em nossa galeria](#) de imagens:

ngg_shortcode_0_placeholder

Conteúdo relacionado

[Assembleia Setorial – Diseg: 30/06, às 8h30min](#)

Vigilantes da UnB continuam mobilização pela vida

Nesta quarta-feira (23/06) os vigilantes orgânicos da UnB [realizaram uma assembleia](#) onde voltaram a denunciar a precarização das condições de trabalho, que inclusive coloca os servidores em situação de risco por conta da pandemia de COVID-19.

No espaço, que contou com vários diretores do SINTFUB e foi convertido em Assembleia Geral, os vigilantes e demais trabalhadores presentes debateram as pautas dos servidores essenciais da UnB; mantiveram o estado de greve e mobilização em defesa da jornada da pandemia; e elegeram delegados para a [Plenária Nacional da Fasubra de 25 e 26/06](#).

A assembleia aconteceu em frente à Diretoria de Segurança (Diseg) e contou com a presença da [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas](#) e também com um bom número de sindicalizados.

Deliberações

Foi aprovada a manutenção do estado de greve dos vigilantes – deliberado anteriormente na [reunião de 31/03](#), na [assembleia de 07/04](#), na [assembleia de 14/04](#), na [assembleia de 05/05](#), na [assembleia de 12/05](#), na [assembleia de 02/06](#), na [assembleia de 09/06](#) e na [assembleia de 16/06](#).

Os sindicalizados deliberaram também por:

- Manutenção da escala de pandemia
- Melhores condições de trabalho
- Defesa da vida

- Nova Assembleia Setorial em 30/06
- Indicar como delegados à Plenária Nacional da Fasubra os seguintes nomes:
 - Carla Márcia David
 - Ivonaldo Vieira Neves
 - José Almiram Rodrigues
 - Maurício Sabino de Araújo Rocha

Protocolo sanitário

Todos os servidores estavam de máscara no fórum – que aconteceu em local aberto – e mantiveram o distanciamento mínimo de 1,5m.

Imagens

Confira abaixo as fotos da Assembleia Setorial dos Vigilantes de 23/06 [disponíveis em nossa galeria](#) de imagens:

ngg_shortcode_1_placeholder

Conteúdo relacionado

[*Assembleia Setorial – Diseg: 23/06, às 8h30min*](#)

Retorno dos plantões presenciais

O SINTFUB informa que os plantões presenciais da [Assessoria Jurídica do sindicato para atendimento de causas trabalhistas dos filiados](#) estão de volta.

Os plantões serão realizados **todas as segundas-feiras** nos seguintes horários:

- **9 às 12 horas**, na sede do SINTFUB (*campus* Darcy Ribeiro)
- **13 às 16 horas**, na subsede do HUB (prédio da engenharia clínica)

Para ser atendido, será obrigatório o uso de máscaras. O SINTFUB garantirá o distanciamento físico mínimo de 1,5m entre os presentes e a disponibilização de álcool 70% no espaço.

Outros atendimentos eventuais, em horários alternativos, podem ser solicitados pelos telefones:

- (61) 3224-2567
- (61) 3224-0598
- (61) 3223-3165
- (61) 3224-7549
- [\(61\) 98580-1569](https://www.whatsapp.com/channel/00299161111111111111) – WhatsApp

O escritório [Wagner Advogados Associados](#) é o responsável pelo fornecimento da Assessoria Jurídica trabalhista aos filiados do SINTFUB.

Vigilantes da UnB na luta pela jornada e pela vida

Nesta quarta-feira (16/06) os vigilantes orgânicos da UnB [realizaram uma Assembleia Setorial](#) onde voltaram a denunciar a precarização das condições de trabalho, que inclusive coloca os servidores em situação de risco por conta da pandemia de COVID-19.

No espaço, que contou com vários diretores do SINTFUB

presentes, os vigilantes debateram as pautas dos trabalhadores essenciais da UnB; mantiveram o estado de greve e mobilização em defesa da jornada da pandemia; e aprovaram a participação nas [manifestações de sábado](#) (19/06) contra o governo Bolsonaro.

A Assembleia Setorial aconteceu em frente à Diretoria de Segurança (Diseg) e contou com um bom número de sindicalizados.

Debate

Edmilson Lima, [coordenador geral](#) do SINTFUB, e Maurício Rocha, coordenador de finanças do sindicato, conduziram o fórum com informes da mobilização dos vigilantes, que teve poucos fatos novos desde a última semana – quando SINTFUB e a AdUnB se reuniram com a Reitoria e foram informados que a UnB e seus servidores serão impactados pelos efeitos do [Decreto 10.620/2021](#).

Uma reunião dos mandados da deputada distrital Arlete Sampaio e da deputada federal Erika Kokay (ambas do PT-DF) com a reitoria garantiu uma reabertura das negociações da gestão da UnB com os vigilantes, o que acontecerá por meio do gabinete de assuntos estratégicos da Universidade.

Por fim, um novo informe jurídico foi dado – sobre a recuperação de atrasados do abono permanência que alguns servidores possuem direito. Os interessados (lotados na Diseg) em ingressar com ações individuais devem procurar o coordenador geral do sindicato, Edmilson Lima.

Deliberações

Foi aprovada a manutenção do estado de greve dos vigilantes – deliberado anteriormente na [reunião de 31/03](#), na [assembleia de 07/04](#), na [assembleia de 14/04](#), na [assembleia de 05/05](#), na [assembleia de 12/05](#), na [assembleia de 02/06](#) e na [assembleia](#)

[de 09/06.](#)

Os vigilantes deliberaram também por:

- Manutenção da escala de pandemia
- Defesa da vida
- Participar da manifestação de 19/06
- Nova Assembleia Setorial em 23/06

Apoios

Os vigilantes da UnB receberam diversos apoios, que se fizeram presentes no fórum e, ainda, enviaram mensagens e/ou fizeram ligações durante o decurso da assembleia. Foram eles:

- CGTB e CTB (representadas por Flausino Antunes)
- CNTV (apoio enviado via ligação telefônica)
- CUT-DF (representada por Rodrigo Rodrigues)
- Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF)
- Fetracom-DF (representada por Washington Domingues)
- PT-DF (representado por José Ricardo)
- Sindesv-DF (apoio enviado via ligação telefônica)
- Sindiserviços-DF (representado por Maria Isabel Caetano, via ligação telefônica)
- Sindprev-DF (representado por Laurizete Gusmão e José de Arimateia)
- Sindsep-DF (representado por Oton Pereira)

Os apoiadores, além das saudações ao fórum e à luta dos vigilantes da UnB, fizeram análises rápidas da conjuntura política do país e convocaram todos a reforçar o ato de 19 de junho – que terá concentração às 9 horas, no Museu da República (Esplanada dos Ministérios).

E os presentes se solidarizaram novamente com Jacy Afonso (presidente do PT-DF), que esteve em assembleias setoriais anteriores em apoio aos vigilantes e que no momento se encontra hospitalizado com COVID-19, porém já não mais entubado e em fase final de recuperação.

Protocolo sanitário

Todos os servidores estavam de máscara no fórum – que aconteceu em local aberto – e mantiveram o distanciamento mínimo de 1,5m.

Imagens

Confira abaixo as fotos da Assembleia Setorial dos Vigilantes de 16/06 [disponíveis em nossa galeria](#) de imagens:

ngg_shortcode_2_placeholder

Conteúdo relacionado

[Assembleia Setorial – Diseg: 16/06, às 8h30min](#)

Vigilantes da UnB seguem em mobilização e aguardarão resposta a recurso

Nesta quarta-feira (09/06) os vigilantes orgânicos da UnB [realizaram uma Assembleia Setorial](#) onde voltaram a denunciar a precarização das condições de trabalho, que inclusive coloca os servidores em situação de risco por conta da pandemia de COVID-19.

No espaço, os servidores debateram as pautas da vigilância da UnB; optaram por aguardar a resposta ao recurso encaminhado ao Conselho Superior (Consuni); e ouviram informes sobre

o [Decreto nº 10.620/2021](#), que trata da concessão e manutenção de aposentadorias e pensões para servidores da administração pública.

A Assembleia Setorial aconteceu em frente à Diretoria de Segurança (Diseg) e contou com um bom número de sindicalizados.

Decreto

Maurício Rocha, [coordenador de finanças](#) do sindicato, abriu a assembleia com um informe do [Decreto 10.620/2021](#), explicando que o SINTFUB e a [AdUnB](#) se reuniram com a Reitoria na terça-feira (08/06) e foram informados que a UnB e seus servidores serão impactados pelos efeitos do texto. O Decreto é [visto como inconstitucional pela Assessoria Jurídica](#) do sindicato, principalmente por desconsiderar a autonomia constitucional das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O SINTFUB figura como *Amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) que questiona a validade do Decreto 10.620/2021 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Maurício, há uma possibilidade de desmonte do SRH da UnB caso o Decreto atinja a Universidade e o pano de fundo do mesmo é uma articulação do governo para a retirada da URP dos servidores, tendo os aposentados como primeiros alvos dessa investida.

Andamento da mobilização

Edmilson Lima, coordenador geral do SINTFUB, e Valmir Vieira de Andrade, advogado do sindicato para [causas trabalhistas](#), atualizaram os presentes quanto ao andamento das ações que cobram as reivindicações dos vigilantes junto à Reitoria.

Valmir informou sobre a ainda ausência de resposta ao recurso interposto junto ao Consuni e do efeito suspensivo que será solicitado, que significará a suspensão de qualquer

determinação quanto à escala dos vigilantes enquanto o recurso não for apreciado pelo Conselho Superior da UnB.

Lima informou o histórico da luta iniciada na pandemia e o andamento lento da negociação (por responsabilidade da gestão da UnB), encaminhando as deliberações que foram aprovadas por aclamação (confira-as abaixo).

Deliberações

Foi aprovada a manutenção do estado de greve dos vigilantes – deliberado anteriormente na [reunião de 31/03](#), na [assembleia de 07/04](#), na [assembleia de 14/04](#), na [assembleia de 05/05](#), na [assembleia de 12/05](#) e na [assembleia de 02/06](#).

Os vigilantes deliberaram também por:

- Manutenção da escala de pandemia
- Aguardar recurso encaminhado ao Consuni da UnB
- Nova Assembleia Setorial em 16/06

Apoios

Além dos vigilantes da UnB, o mandato da deputada federal Erika Kokay (PT-DF) participou e fez uma saudação à Assembleia Setorial de 09/06.

Os presentes se solidarizaram com Jacy Afonso (presidente do PT-DF), que esteve em assembleias setoriais anteriores em apoio aos vigilantes e que no momento se encontra hospitalizado com COVID-19.

Protocolo sanitário

Todos os servidores estavam de máscara no fórum – que aconteceu em local aberto – e mantiveram o distanciamento mínimo de 1,5m.

Imagens

Confira abaixo as fotos da Assembleia Setorial dos Vigilantes de 09/06 [disponíveis em nossa galeria](#) de imagens:

ngg_shortcode_3_placeholder

Conteúdo relacionado

[Assembleia Setorial – Diseg: 09/06, às 8h30min](#)

Servidores do HUB têm direito ao adicional de insalubridade em grau máximo

A gravidade do surto causado pela COVID-19 colocou em grave risco a vida e a saúde dos trabalhadores que atuam na linha de frente e realizam atendimentos de pacientes e manuseios de objetos de pessoas contaminadas ou que possivelmente estejam infectadas. Diante disso, a [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas do SINTFUB](#) (realizada pelo escritório [Wagner Advogados Associados](#)) vem informar que **os servidores que trabalham com exposição e risco de contaminação pela COVID-19 têm direito ao adicional de insalubridade em grau máximo.**

Contexto

Atualmente, o Brasil é um dos epicentros mundiais de letalidade e propagação da COVID-19, com uma média de mais de

duas mil mortes diárias causadas pelo vírus. Neste cenário excepcional, é dever do Estado e da sociedade, em cumprimento aos termos da [Constituição Federal](#), resguardar a garantia do direito fundamental à vida e à saúde.

Os servidores públicos da área da saúde deram continuidade à prestação de serviços essenciais para salvar vidas e cuidar da saúde das pessoas. Ficaram submetidos à exposição de risco para agentes biológicos. Independentemente do tempo, o trabalhador, em algum momento, teve ou terá o contato com tal agente e poderá adquirir doenças de outros colegas ou de usuários que ainda estão no período prodrômico, que são assintomáticos ou assumem o risco de circular mesmo doentes. Esta transmissão pode se dar simplesmente pela circulação pelos corredores para acessar seu local de trabalho, ou no próprio setor. Ademais, a possibilidade de contato pode ocorrer antes mesmo de qualquer diagnóstico da enfermidade.

Dessa forma, os profissionais da saúde que desempenham atividades no Hospital Universitário de Brasília (HUB), com atendimentos de pacientes suspeitos e/ou infectados, bem como aqueles que desempenham funções em laboratórios (realizando exames, laudos etc) ou trabalham com materiais, equipamentos, utensílios e objetos de pacientes com COVID-19, **podem postular o adicional de insalubridade em grau máximo.**

Ação do SINTFUB

A Assessoria Jurídica para causas trabalhistas do SINTFUB ajuizará processos requerendo o adicional de insalubridade em grau máximo para os servidores que atuam e trabalham com risco de contaminação pela COVID-19 no ambiente de trabalho, como é o caso dos servidores lotados no HUB.

Para o processo judicial são necessários os seguintes documentos:

1. [Procuração](#)

2. [Declaração de hipossuficiência](#)
3. Carteira de Identidade
4. CPF
5. Comprovante de residência
6. Fichas financeiras desde janeiro de 2020
7. Documentos que comprovem atendimentos, exames, objetos e/ou materiais de pacientes com COVID-19
8. [Relatório descrevendo as atividades que realiza](#)

Toda documentação deverá ser digitalizada, salva em formato PDF e encaminhada para o e-mail recepcaodf@wagneradv.com.br.

Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo WhatsApp da Assessoria Jurídica: [\(61\) 3226-6937](tel:(61)3226-6937).

Downloads

- [Informe da Assessoria Jurídica sobre direito ao adicional de insalubridade em grau máximo](#)
- [Relatório para ação judicial](#)
- [Declaração de hipossuficiência](#)
- [Procuração](#)

Conteúdo relacionado

[Servidores do HUB continuam mobilização](#)

Vigilantes da UnB seguem organizados e em luta

Nesta quarta-feira (12/05) os vigilantes orgânicos da UnB [realizaram uma Assembleia Setorial](#) onde voltaram a

denunciar a precarização das condições de trabalho, que inclusive coloca os servidores em situação de risco por conta da pandemia de COVID-19.

A Assembleia Setorial aconteceu em frente à Diretoria de Segurança (Diseg) e contou com um bom número de sindicalizados.

Debate

A assembleia foi aberta com os informes da reunião de ontem (11/05) com o prefeito universitário, Valdeci da Silva Reis, onde o [coordenador geral](#) do SINTFUB, Edmilson Lima, informou que não houve avanços para um entendimento mútuo e o atendimento da UnB às demandas dos vigilantes.

Diante disso, o representante da [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas](#) do sindicato, o advogado Valmir Vieira de Andrade, explicou sobre a entrada do SINTFUB com a judicialização das demandas, visto o esgotamento do diálogo.

Valmir explicou, ainda, sobre a atual dificuldade para contatos com o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal, visto que o mesmo só está realizando atendimentos de maneira remota; e garantiu o ingresso de um pedido de liminar por parte do SINTFUB para manter a jornada de pandemia dos vigilantes.

Reivindicações

Por unanimidade, foi aprovada a manutenção do estado de greve dos vigilantes – deliberado anteriormente na [reunião de 31/03](#), na [assembleia de 07/04](#), na [assembleia de 14/04](#) e na [assembleia de 05/05](#).

Os vigilantes reivindicaram (também por unanimidade):

- Manutenção da escala de pandemia
- Ingresso de Ação na Justiça (pedido de liminar)

- Atuação junto ao Ministério Público do Trabalho e junto ao Ministério Público Federal para suspender os atos da administração da UnB contra os trabalhadores
- Articulação com parlamentares que estão apoiando o movimento
- Construção de Audiência Pública no Congresso Nacional
- Nova assembleia em 19/05

Apoios recebidos

Além dos vigilantes da UnB, a AdUnB (por meio do seu ex-presidente, Luis Antonio Pasquetti) e os mandatos da deputada federal Erika Kokay (PT-DF) e da deputada distrital Arlete Sampaio (PT) marcaram presença e fizeram falas de saudação na Assembleia Setorial de 12/05.

Protocolo sanitário

Todos os presentes estavam de máscara no fórum – que aconteceu em local aberto – e mantiveram o distanciamento mínimo de 1,5m.

Imagens

Confira abaixo as fotos da Assembleia Setorial dos Vigilantes de 12/05 [disponíveis em nossa galeria](#) de imagens:

ngg_shortcode_4_placeholder

Conteúdo relacionado

[Assembleia Setorial – Diseg: 12/05, às 8h30min](#)

Vigilantes da UnB recusam discurso da Reitoria

Nesta quarta-feira (05/05) os vigilantes orgânicos da UnB [realizaram uma Assembleia Setorial](#) onde voltaram a denunciar a precarização das condições de trabalho (que inclusive coloca os servidores em situação de risco por conta da pandemia) e rechaçaram o discurso da Reitoria – que, em reunião realizada ontem (04/05), desvalorizou e desconsiderou as reivindicações da categoria.

A Assembleia Setorial aconteceu em frente à Diretoria de Segurança (Diseg) e contou com um bom número de sindicalizados.

Debate

A assembleia foi aberta com um bloco de informes, no qual o [coordenador geral](#) do SINTFUB, Edmilson Lima; o coordenador de finanças do sindicato, Maurício Rocha; e o representante da [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas](#) do sindicato, o advogado Valmir Vieira de Andrade; apresentaram o resultado da reunião com a Reitoria da UnB de terça-feira (04/05).

A Reitoria alegou ontem – embora sem apresentar dados – não ter orçamento para investimentos na Universidade e recusou todas as pautas solicitadas pelos vigilantes – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), *kits* para segurança sanitária (máscara, álcool 70% e luvas), melhoria das viaturas (caracterização e *rotolight*) etc. Assim como também afirmou que não modificará a jornada de trabalho e manterá a atual de 12x36 – que é ilegal por fazer os servidores trabalharem mais que 40 horas semanais.

Os diretores do SINTFUB presentes na assembleia reafirmaram a continuidade da luta dos vigilantes e apontaram para a

judicialização da mesma, com representação contra a UnB no Ministério Público do Trabalho (MPT) e ação judicial na Justiça Federal.

Sobre a jornada dos vigilantes de 12x60, reivindicada pela categoria e que a Reitoria afirma ser ilegal, foi reforçado que a mesma encontra base legal na [Constituição Federal](#), no [Regime Jurídico Único](#), em Decreto Presidencial de 2003 (primeiro governo Lula) e na própria Comissão de Flexibilização da UnB – na qual os vigilantes preenchem os critérios para a jornada de 30 horas semanais.

Valmir Vieira de Andrade alertou sobre a falta de vontade política da Reitoria em atender a reivindicação dos vigilantes, visto que no Supremo Tribunal Federal (STF) há vigilantes cumprindo atualmente a jornada de 12x96 sem que esta seja considerada ilegal – a solicitada pelos vigilantes da UnB é de 12x60. *“Os vigilantes da UnB não estão dentro de uma situação isolada, estão inseridos num contexto político maior, de implementação de uma política contra os servidores públicos, e a Reitoria da UnB demonstra querer aplicar essa política”*, afirmou Valmir.

Reivindicações

Por unanimidade, foi aprovada a manutenção do estado de greve dos vigilantes – deliberado anteriormente na [reunião de 31/03](#), na [assembleia de 07/04](#) e na [assembleia de 14/04](#).

Os vigilantes reivindicaram (também por unanimidade):

- Manutenção da escala de pandemia;
- Fornecimento de EPIs por parte da Reitoria;
- Disponibilização de *kits* para segurança sanitária (com máscara, álcool 70% e luvas);
- Ajuizar representação junto ao MPT e ação junto à Justiça Federal por melhores condições de trabalho e em defesa da vida;

- Construir Audiência Pública na Câmara Federal em parceria com a deputada [Erika Kokay \(PT-DF\)](#);
- Fazer levantamentos:
 - das condições de trabalho dos servidores;
 - da segurança da Universidade;
 - da questão financeira da UnB.

Apoios recebidos

Além dos vigilantes da UnB, o mandato da deputada federal Erika Kokay (PT-DF) marcou presença e fez uma fala de saudação na Assembleia Setorial de 05/05.

Protocolo sanitário

Todos os presentes estavam de máscara no fórum – que aconteceu em local aberto – e mantiveram o distanciamento mínimo de 1,5m.

Imagens

Confira abaixo as fotos da Assembleia Setorial dos Vigilantes de 05/05 [disponíveis em nossa galeria](#) de imagens:

ngg_shortcode_5_placeholder

Conteúdo relacionado

[Assembleia Setorial – Diseg: 05/05, às 8h30min](#)

Servidores do HUB continuam mobilização

Em [Assembleia Setorial realizada na segunda-feira](#) (03/05), servidores do Hospital Universitário de Brasília (HUB) deram continuidade à luta em defesa dos direitos da categoria, principalmente por melhores condições de trabalho, contra o assédio moral e contra a cessão dos trabalhadores à [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares](#) (Ebserh) – que não é obrigatória, [conforme decidido recentemente](#) pelo [Tribunal de Contas da União](#) (TCU).

A Assembleia Setorial contou com um número menor de sindicalizados que nas últimas semanas em virtude da greve dos rodoviários, se pautando por dar continuidade às ações já postas em andamento.

Assessoria Jurídica

O advogado Valmir Vieira de Andrade, da [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas](#) do SINTFUB, esteve presente no encontro e falou com os presentes sobre:

- 1. a regulamentação para controle de frequência dos servidores públicos federais** – que pode estar em desacordo com a legislação no controle feito dentro do HUB
- 2. o processo de remoção de servidores do HUB para outros setores da Universidade**
- 3. o [requerimento administrativo](#) do SINTFUB [solicitando a conversão do tempo trabalhado especial dos servidores para tempo comum](#)** – o que significará que o mesmo poderá ser contabilizado para fins de aposentadoria
- 4. problemas com desvios de função** – que podem estar ocorrendo na farmácia do HUB
- 5. processos individuais pela insalubridade**

Insalubridade

A Assessoria Jurídica do sindicato esclareceu dúvidas sobre esse direito e orientou os servidores a entrarem com o requerimento/processo individual pedindo o mesmo.

Em breve, um passo a passo de como os servidores devem proceder será publicado aqui em nosso site.

Denúncias

O SINTFUB informou ter recebido poucas denúncias pelo [canal de contato divulgado aqui no site](#), o que não permitiu a construção do dossiê [aprovado na Assembleia anterior](#). Em virtude disso, um grupo de WhatsApp será criado para inserir os servidores do HUB e receber essas denúncias com mais agilidade. O sindicato garantirá o sigilo dos denunciantes e buscará meios para resolver as situações que forem relatadas.

Próxima Assembleia

A próxima Assembleia Setorial dos servidores do HUB será realizada na segunda-feira da semana que vem – dia 10 de maio.

Fotos

Confira abaixo as imagens da Assembleia Setorial do HUB de 26/04 que estão disponíveis em [nossa galeria de fotos](#):

ngg_shortcode_6_placeholder

Conteúdo relacionado

- [Assembleia Setorial – HUB: 03/05, às 11 horas](#)
- [Servidores do HUB ampliam mobilização](#)
- [Assembleia Setorial – HUB: 26/04, às 11 horas](#)
- [SINTFUB intensifica ações com servidores do HUB](#)
- [Reunião Setorial – HUB: 19/04, às 11 horas](#)

- [Cessão de trabalhadores à Ebserh não é obrigatória, decide TCU](#)
 - [TCU reconhece impossibilidade de cessão compulsória de servidores para Ebserh](#)
 - [Servidores do HUB rechaçam cessão para Ebserh e colocam reitor da UnB na parede](#)
 - [Servidores do HUB formam comissão e exigem participação no processo de discussão de cessão à Ebserh](#)
 - [Reitor diz que não haverá cessão no HUB, mas servidores mantêm a luta](#)
 - [Técnico-administrativos da UnB paralisam atividades e realizam ato em frente ao HUB](#)
 - [Paralisação, ato e assembleia no dia 24](#)
 - [HUB: remanejamento de servidores apenas em casos excepcionais](#)
-

SINTFUB solicita contagem de tempo especial para aposentadoria dos servidores da UnB

O SINTFUB ingressou nesta segunda-feira (03/05) com um [requerimento administrativo](#) ao [Decanato de Gestão de Pessoas](#) (DGP) da [Universidade de Brasília](#) (UnB). O documento, endereçado à nova Decana de Gestão de Pessoas, Maria do Socorro Mendes Gomes, solicita a conversão do tempo trabalhado especial dos servidores para tempo comum – o que significará que o mesmo poderá ser contabilizado para fins de aposentadoria.

Esta solicitação foi feita em detrimento do [comunicado do Ministério da Economia de 23 de março deste ano](#), por meio do Despacho nº 846/2021/SPREV/SEPRT-ME, que aprovou esse procedimento para os servidores públicos federais.

Agora, com o direito ao aumento de tempo após as devidas conversões, alguns servidores poderão implementar os requisitos para aposentadoria ou então obter abono de permanência, assim como possibilidade de revisão do benefício se já aposentado, conforme [esclareceu em informe a Assessoria Jurídica para causas trabalhistas do sindicato](#). Na prática, o tempo de aposentadoria (ou para o direito ao abono de permanência) para quem trabalha em ambiente insalubre, penoso etc será encurtado.

Downloads

- [Baixe aqui o requerimento administrativo do SINTFUB ao DGP da UnB \(03/05/2021\)](#)
- [Baixe aqui o informe da Assessoria Jurídica do SINTFUB aos sindicalizados \(23/04/2021\)](#)

Conteúdo relacionado

[*Contagem do tempo especial para aposentadoria*](#)

Contagem do tempo especial para aposentadoria

Em comunicado realizado no final de março deste ano, o Ministério da Economia aprovou a conversão do tempo trabalhado

especial dos servidores públicos federais para tempo comum – o que significará que o mesmo poderá ser contabilizado para fins de aposentadoria.

O SINTFUB ingressará com requerimento administrativo solicitando esse direito para os servidores Técnico-Administrativos em Educação da UnB.

Leia abaixo o informe produzido pela [Assessoria Jurídica para causas trabalhistas](#) do sindicato:

O Ministério da Economia, através do Despacho nº 846/2021/SPREV/SEPRT-ME, em 26/03/2021, aprovou notas técnicas que esclarecem o direito ao reconhecimento da contagem do tempo trabalhado em condições especiais para tempo comum, desde a edição da [lei 8112/1990](#) (Regime Jurídico Único) até promulgação da [Emenda Constitucional nº 103/2019](#) (Reforma da Previdência).

O referido despacho aprovou a Nota Técnica SEI nº 792/2021/SRPPS/SPREV/SEPRT/ME, de 21/01/2021, da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS/SPREV) e também a Nota Técnica SEI nº 6178/2021/SRGPS/SPREV/SEPRT/ME, de 10/02/2021, da Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRPGS/SPREV), que trataram da possibilidade de aplicação das regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para a averbação do tempo de serviço prestado até a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019, em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, conforme análise do sentido e alcance da seguinte tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1014286, representativo do Tema nº 942 da Repercussão Geral.

Considera que a decisão do STF reconheceu para os servidores públicos filiados ao Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), cujas atividades sejam exercidas sob condições

especiais à saúde ou à integridade física, até o advento da EC 103/2019, o direito à conversão desse tempo especial em tempo comum pela aplicação analógica das regras do RGPS sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 57 da [lei 8213/1991](#), devendo a correspondente conversão ser efetivada pelo regime instituidor, quando cabível.

Assim, o Ministério da Economia nada mais fez que esclarecer para a Administração Pública o entendimento pacificado pelo STF quanto ao direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público, até a data da EC 103/2019.

Importante registrar que, quanto ao tempo especial, são aplicáveis para conversão os fatores de conversão elencados no artigo 70 do [Decreto 3048/1999](#), os quais, para maioria das atividades em condições especiais para as mulheres aplica-se o fator de 20% (vinte por cento) a mais de tempo de serviço e, para os homens, o índice de 40% (quarenta por cento) de acréscimo.

Assegurado o direito ao aumento de tempo após as devidas conversões, alguns servidores poderão implementar os requisitos para aposentadoria ou então obter abono de permanência, assim como possibilidade de revisão do benefício se já aposentado.

Após a EC 103/2019 exige a edição de legislação complementar.

O SINTFUB ingressará com requerimento administrativo solicitando esse direito e manterá seus filiados informados sobre o assunto.

Download

[Baixe aqui](#) o informe acima da Assessoria Jurídica para causas trabalhistas do SINTFUB em formato PDF.